

LUGARES DE CONTRASTE DO SÉC. XIX EM SALVADOR. MORADIAS, QUINTAIS, CHAFARIZES E “CASAS DE VENDAGEM”.

Diana Margarida dos Santos Catarino ¹

RESUMO

Salvador na segunda metade do século XIX reconfigurou os espaços de rua, moradia e de trabalho segundo um novo sistema, assalariado, alterando a sua economia e incorporando novas tecnologias e novos modos de produção. A proibição do tráfico de escravos e o fim da escravatura anunciaram novos tempos que decorreram na instalação de infraestrutura e melhoria de higiene que, segundo os médicos, impedia o desenvolvimento humano face às epidemias decorrentes. A Companhia do Queimado procurou através da captação de água instalar um sistema de distribuição que se apoiou inicialmente na distribuição nas praças públicas por meio de imponentes chafarizes importados de mármore Carrara ou ferro fundido e nas “casas de vendagem”, espaços alugados com apenas “uma porta” distribuindo espacialmente o serviço de distribuição de água potável que, por sua primeira necessidade, complementava os equipamentos do tanque e da cisterna localizado no espaço do quintal. A cidade molda assim a sua urbanidade, constrói em seu molde específico de habitar que ainda hoje pode ser encontrada na malha urbana do centro antigo e nos sistemas hídricos dos solares coloniais mais preservados. Utilizando de fontes diretas e comentários de jornais do sistema de distribuição da Companhia do Queimado, relatos de médicos e estudos urbanos, realizo a compatibilização dos argumentos sociais e técnicos que evidenciam como a cultura urbana não se encontra desvinculada da produção política, social e econômica da cidade, produzindo espaços singulares que contam e guardam a sua história.

Palavras-chave: “casas de vendagem”, chafarizes, quintais, Salvador.

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos as produções coletivas que são as cidades, devemos considerar que ela expressa vivências próprias e específicas de cada hábito, de cada lugar onde encontra especificidades topográficas, climáticas, construções/pressões e tensões sociais que a modelam e organizam de modo mais funcional aos que nela habitam. A funcionalidade é por vezes instrumento que organiza a urgência por certos meios, como a alimentação, o acesso à água, sendo por isso expressões de primeira necessidade para os seus habitantes e, por consequência, deverá ser também para quem a planeja. Salvador foi sitiada duas vezes, por holandeses e mais tarde por portugueses, que restringindo o acesso aos bens de primeira necessidade que dependiam, obrigavam à rendição.

Esta significância demonstra a relevância que tem o gerenciamento dos bens primários à cidade, uma vez que deles depende a sua sobrevivência. Fora os períodos de ataque de culturas externas

¹ Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-ULISBOA, dianacatarino_7@msn.com; (83) 3322.3222

com objetivos de tomada do território, o gerenciamento do acesso a estes bens de primeira necessidade revela opções políticas com consequências sociais que merecem atenção.

Focando no gerenciamento da água potável em Salvador no final do século XIX, a gestão pública formalizou Companhias, contratou obras, negociou condições mas nunca atingiu resultados. Interessa analisar como a “a cidade das mil fontes” (MATTOSO, 1992, 47) sofre/sofre com a escassez no acesso à água potável. Se a história e a geografia contam sucessivos períodos se seca², contemporaneamente os médicos identificam miasmas e águas estagnadas como os principais focos das epidemias que atingiam a cidade, constroem teorias raciais discriminatórias, todas convivendo de foram única no espaço da cidade.

A distribuição domiciliar, iniciada apenas a partir do dia 29 de março de 1886, desenvolveu um período de distribuição nos chafarizes públicos (1856) localizados nas principais praças e nas “casas de vendagem” por 30 anos que tendo fechado no ano de 1905 com o encanamento da Companhia, voltam a surgir em 1912 face a incapacidade da Secção das Águas” em resolver os problemas, desenvolvendo-se até aos dias de hoje.

Se nos Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA), disponibilizados na Hemeroteca, de 1899 (edição 1 (3)) vemos expressa a “situação desoladora que tem afligido a uma parte dos habitantes do Estado, devido á escassez das chuvas” [...]

“[...] não deixou de ser cheia de receios para a população desta capital a noticia de que, devido á escassez dos seus mananciaes, já quase exaustos, teria a companhia que tem a seu cargo o abastecimento de agoa a esta cidade de suspender o seu serviço. Entretanto confirmada que foi em realidade a ameaça de então, passadas as primeiras queixas e clamores, acertadas providencias foram tomadas pela municipalidade e por particulares, e a cidade está sendo abastecida com agoa de fontes de domínio publico e privado, verificado então existirem em grande abundancia, e por alguns chafarizes daquela companhia, de sorte que, se pode dizer, não é propriamente a falta do precioso liquido o que aflige a população, mas o incomodo e a despeza para a aquisição”.

Compreendemos de que não só de causas naturais como a seca e a escassez de água potável e se contorna o problema e justifica as frequentes queixas no acesso a este bem de primeira necessidade, identificando também “o incomodo e a despeza para a aquisição”, colocando em *check* o serviço e gestão da Companhia do Queimado que interessa conhecer. Para isso torna-se necessário recorrer às movimentações e discussões sociais manifestadas em jornais da época e *theses* produzidas por médicos, os principais discutidores do assunto da “hygiene”.

² O século XVIII “foi o mais atingido pela seca, passando por um período total acumulado de 24 anos com poucas chuvas, e o século XIX teve “quase 22 anos de grandes secas no período” (HOLTHE, 2002,105)

Nos espaços das residências urbanas as culturas dialogam com os espaços criando, modificando e adequando as suas necessidades diárias à sua espacialidade. A arquitetura é, portanto, uma expressão técnica e artística contaminada e contaminante da cultura a que se apresenta e através dela, da sua representação espacial contribuir para reconhecer e reafirmar expressões sociais culturais, tal como a expressão da arqueologia, da história, da antropologia. É preciso, portanto, libertarmos a arquitetura da expressão “independente” e de concepção de expressão “própria” do arquiteto ““privilegiando-se uma leitura que se pretende “de arquitecto”, estética e técnica, como se fosse possível higienizar a arquitectura do contexto em que atua, ou seja, de tudo o que a circunda” (SARAIVA, 2019, 3), mas considera-la no contexto em que se produz. Talvez deste modo consigamos entender como a globalização libertou o arquiteto da visita ao terreno do projeto e (talvez) conseqüentemente, promovendo a homogeneização da paisagem da cultura neoliberal.

Não é de admirar que Salvador detenha uma expressão urbana própria apesar da sua fundação sob preceitos urbanos portugueses. Ela resulta das especificidades topográficas encontradas e dos artifícios que os seus habitantes adoptaram para a supressão das suas mais rudimentares necessidades.

Salvador teve uma percepção peculiar de rua. Contrastava a vida doméstica, despojada, ao empenho empregue nas vestimentas com que se apresentava na rua. Na rua era impossível distinguir pela vestimenta ex escravos e senhores, todos parecendo europeus. Escondia-se, portanto, a família inteira do olhar dos curiosos, atrás dos muros e paredes dos sobrados, constituindo uma tipologia de lote que aliou/transportou o conceito português de espaço de “quinta” com ênfase rural de produção agrícola para o espaço urbano produzindo “quintais” urbanos que se destacam pelas atividades que nele se desenvolviam como garantia da sua sobrevivência e intimidade na cidade.

Katia Mattoso “com prudência e admitindo grande imprecisão” (MATTOSO, 1982, 105) afirma que entre 1810 e 1870 a população de Salvador “havia duplicado de tamanho, passando de cinquenta mil para cem mil habitantes”. O esperado fim do sistema escravista decorreu com a necessidade de adequabilidade das suas funções ao novo sistema assalariado. A formação de um estilo de vida mais independente, africanos, escravos de ganho, ex-escravos planejavam a sua vida onde podiam morar em casas ou quartos alugados. Estando cada vez menos sujeitos à autoridade do senhor substituída pela vigilância da autoridade pública que pretendeu controlar a vida do negro na rua ditando até que horas podiam transitar, fazer batuques ou mesmo permanecer em vendas.

A expressão urbana desta nova população que tinha agora os seus próprios espaços habitacionais, onde saindo do sobrado ou da casa térrea, adquire novas expressões.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo foram pesquisados artigos de jornais através da Hemeroteca da Biblioteca Digital brasileira relatos do serviço de distribuição de água potável da Companhia do Queimado, documentos constantes no Arquivo Histórico de Salvador relativos à gestão pública das fontes públicas. Foram consultadas teses da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo referentes à forma urbana da cidade.

DESENVOLVIMENTO

“[...] há água em toda parte. [...] É fácil imaginar o enorme reservatório representado pelo solo da Cidade Alta: é só cavar para ter um poço. [...] Os mananciais e as fontes estão em toda a parte em Salvador, na base do *horst* como nas trilhas de menor fratura, do menor deslocamento de terreno, do mais insignificante vale. São águas cristalinas, filtradas naturalmente, ricas em sais minerais [...] Salvador é a cidade das mil fontes”

Considerava Kátia Mattoso (MATTOSO, 1992, 47) ao descrever Salvador. Desta forma, parece incongruente a disputa por água numa cidade rodeada de tantas fontes subterrâneas, riachos e lagoas. No entanto devemos considerar que na maioria destes locais a água era salobra, repercutindo a falta de higiene, a inexistência de um sistema de esgotamento da cidade.

Cecília Moreira Soares no seu trabalho “A mulher negra na Bahia no século XIX” (1994) afirma ser possível traçar a geografia de áreas da cidade de Salvador que “eram mais negras” que outras. Através da análise dos dados dos censos de 1872 a autora identifica que as mulheres negras se concentravam sobretudo nas paróquias do Passo, Vitória e Conceição da Praia, do Pilar, Mares e Penha onde serviam como domésticas. O serviço doméstico (correspondente a 27,2% da ocupação escrava em Salvador no período de 1811-1888) incluía o abastecimento de água na fonte, para o qual era relegado o trabalho masculino devido à periculosidade do serviço de abastecimento nos chafarizes. A mulher negra era lavadeira (6,7%) e “ganhadeira” (10,3%).

A distribuição entre “livres, libertos e escravos” da população das freguesias de Salvador de acordo com o censo de 1855 demonstra a baixa relação entre a população “liberta” e a concentração dos “escravos” nas freguesias do Passo, Pilar, São Pedro, Santo Antônio e Conceição da Praia.

Tabela 1– Distribuição “livres, libertos e escravos” das freguesias de Salvador de acordo com o censo de 1855

Censo de 1855 (em %)			
Freguesias	Livres	Libertos	Escravos

Sé	78,87	2,29	18,84
Conceição da Praia	75,49	-	24,51
Santo Antônio	65,47	7,19	27,34
São Pedro	67,46	3,98	28,56
Passo	64,48	-	35,47
Pilar	64,29	3,24	32,47
Penha	87,93	3,62	8,58
Média Geral Ponderada	68,92	3,62	27,46

Fonte: (ANDRADE, 1988, 62)

A freguesia da Sé, na Cidade Alta, fora criada com o objetivo de sediar o centro administrativo, judiciário, eclesiásticos e legislativo da capitania, depois província da Bahia, via-se no século XIX sede de inúmeras casas de comércio e de artesãos, lojas de sapateiro, capelista, fábrica de chapéus e charutos, venda de molhados, quitandas. Anna Amélia Nascimento contabiliza que essa freguesia contava em 1849 com 1.116 escravos (NASCIMENTO, 2007, 60). Apesar da principal concentração, apenas dispunha de uma única fonte pública, a fonte do Gravatá:

“a mais imunda, e pior de tôdas; é porém a mais frequentada por ser a única pública, que há dentro da cidade; digo pública por ser naquela paragem: há porém alguns poços, de que seus donos vendem água, a quem a não pode haver nas duas únicas bicas que tem aquela fonte” (VILHENA, 1799, 103)

No decorrer do séc. XIX a progressiva independência do escravizado da casa do seu senhor profundas alterações de tipologia de habitar e passou a ser habitada por uma população cada vez mais predominante média e pobre da sociedade. O censo de 1855, entretanto, evidencia que muitas residências apareceram divididas em vários fogos, abrigando mais de uma família.

“No fim da rua das Verônicas, não muito longe do Convento e Ordem Terceira do São Francisco aglomeravam-se pardos, cabras e pretos livres e libertos, poucos escravos, com ocupações primárias de prestações de serviços autônomos como “vende água”, “vende lenha”, “vende mingau”, “tem venda na porta”, “carrega cadeira”, “de ganho”, “rema saveiro”. (NASCIMENTO, 2007)

Importantes alterações sociais, revoltas. No decorrer do séc. XIX a crescente mão de obra urbana de escravos libertos gera problemas de desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalho (COSTA, 1989) que resultou em frequentes denúncias de brigas no espaço público justificando a repressão policial. A Freguesia³ da Sé em Salvador reunia libertos e escravizados “de ganho” urbanos e rurais e a sua organização possibilitou revoltas contra as injustiças e o

³ Freguesia, no sentido amplo, significa conjunto de paroquianos, ou seja, povoação sobre o ponto de vista eclesiástico. Ana Amélia conceitua como “espaço delimitado, divisão administrativa e religiosa da cidade”; nela estão localizadas pessoas ligadas a uma igreja matriz. Ana Amélia NASCIMENTO. As dez freguesias da cidade do Salvador, aspectos sociais e urbanos do séc. XIX, EDUFBA, 2007.

atraso social do país com o objetivo de matar opressores, envenenar fontes, regressar a África de onde tinham sido arrancados (MATTOSO, 1992) e o controlo administrativo da cidade.

1.1 Quintais urbanos

“ Tôda a montanha na sua falda geme água, e poucas são as casas, que não tenham sua poça, em que a aproveitam”, (VILHENA, 1799, 102)

Figura 1 Solar Berquó. Solar do Gravatá, atual casa de Angola, com o poço no quintal.



Referência: imagem Google Earth, consultado a 15/17/2019. Fotografias do Solar IPHAN, BAHIA.

Se as tipologias de arquitetura coloniais na sua relação da cidade com o meio natural, as suas dependências, desenvolveu uma tipologia habitacional já se encontram bastante estudadas - casas térreas e sobrados- considera Jan Holthe na sua tese de mestrado para a Faculdade de Arquitetura da UFBA, “Quintais Urbanos de Salvador: Realidades, Usos e Vivências no Século XIX” (2002) falta no entanto olhar para os espaços intersticiais como são os quintais, (acrescentamos) os chafarizes, as “casas de vendagem”, certamente menos estudados – e portanto também menos conhecidos.

O autor apresenta e justifica um modo urbano específico do núcleo urbano original da cidade que pela sua urgente necessidade de abastecimento de água potável desenvolveram tecnologias e produziram grafias urbanas específicas, onde “Nenhuma benfeitoria, porém, comparava-se ao privilégio de ter em seu próprio quintal um poço “nativo” (ou “fonte”), capaz de fornecer água em abundância e sem o inconveniente de ter que deslocar-se – às vezes por grandes distâncias - em busca do produto.” (HOLTHER, 2002, 234) A ineficácia do desenho urbano compensava-se com objetos móveis como “cisternas” (sendo frequente a descrição dos imóveis “quintal aberto com uma cisterna de pedra e cal” (APEB-Seção Judiciária – Livro de Notas 01/04/295-Folha 39), “tanques” e mais tarde de “depósitos de ferro” que compunham a paisagem.

Comprova-se, portanto, mais uma vez, que os quintais eram fundamentais para o bom funcionamento das casas e o conforto de seus habitantes. Não se concebe uma residência sem o uso frequente de água, e numa cidade onde as casas podiam, em determinados períodos de sua história, abrigar quase 50 moradores, muitas vezes o consumo podia ser realmente muito elevado. Desta forma, a população de Salvador

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

dependia – e com razão – dos seus quintais como espaço de armazenamento de grandes quantidades de água, até mesmo porque as alternativas (água encanada, aquedutos etc.) praticamente inexistiam. (HOLTHER, 2002, 237)

Não sendo rua, pois se encontram com acesso restrito aos moradores do lote, também não se tratam de espaços de interior, ou totalmente construídos ou de função específica. Apesar disso, estes “fundos” têm papel preponderante para a vivência da habitação e nele passam grande parte do tempo os que se encarregavam das ocupações domésticas. Nela cozinham, preparavam alimentos, estava a criação, as áreas livres para o acúmulo de água de chuva nas cisternas e nas “barricas” para a limpeza doméstica, usado para produção de comida para fora (ganho) na cozinha exterior, latrina, senzala, com acesso independente e árvores de fruto para consumo próprio ou venda. “Perdido em algum canto qualquer, escondido, ficava às vezes o barril conhecido por “tigre”, [...] à espera do momento em que, protegidos pela escuridão da noite, os escravos saíam em direção às praias efetuar o despejo” (HOLTHER, 2002, 256)

Para entender o uso dos quintais foi preciso conhecer a arquitetura residencial, a sua população (os usuários destes quintais) e a cidade em si, com as suas particularidades históricas. Compreendendo a precariedade das infraestruturas existentes na cidade, com um sistema de abastecimento de água potável introduzido pela Companhia do Queimado a partir de 1853 nas principais praças, inexistência de infraestrutura de esgoto, transporte ou eletricidade.

[...] dada a precariedade das instalações dos locais de lavagens, ou limpeza, de utensílios, mormente no que diz respeito aos sistemas de desvios das águas residuais ou servidas, o agenciamento da zona dos serviços domésticos [...] pedia ligações, as mais amplas, com o exterior” (LEMOS; 1978, 35)

“Não é somente da água do Queimado que a população se abastece. Há fontes públicas que lhe fornecem água, quer potável, quer para as necessidades domésticas. Essas fontes acham-se constantemente em deplorável estado, mas não obstante, foram esquecidas elas, como as águas que d’ellas se tira, pela zelosa câmara”. (Jornal Gazeta da Bahia 18 de out 1881)

Esta carência era compensada através do recurso às fontes públicas, poços nativos, cisternas ou barricões para o abastecimento de água domiciliar. As roupas lavadas à beira de rios e lagoas, os banhos (quando tomados) tomados no rio, evitando o transporte de grandes volumes de água. “A lei do mínimo esforço fazia, e ainda faz, com que se transportasse para a casa a água estritamente preciso às pequenas limpezas, à cozinha e aos raros banhos de gamela” (LEMOS, 1978, 34)

“Havia ainda aqueles afortunados que possuíam em seus quintais um poço ou fonte nativa, o que aumentava o valor de suas propriedades, servindo, às vezes, como moeda de troca com as autoridades municipais ou mesmo como fonte de renda extra pela venda de água aos vizinhos.” (HOLTHER, 2002, 256)

Casas de porta e janela

A casa térrea, a mais comum, era a residência típica das famílias dos menos favorecidos, do grosso da população baiana, pobre e mal alimentada, como também o “grosso da classe média sem pretensões”. De porta e janela ou duas ou três janelas, raramente ultrapassando os 5,00 m, algumas mal chegando aos 3,00 m, sem recuos laterais detêm disposição interior que limitava a exposição dos residentes para a rua, pouco se mostrando para além da sala de visitas.

Uma ou duas janelas no máximo, eis tudo o que se encontra, além da porta. E, contrariando as leis da simetria, tão caras ao coração dos brasileiros, a porta quase sempre fica de um lado, enquanto as janelas formam um par (VAUTHIER, 1975, 62/63)

O número de janelas e largura do lote estava diretamente relacionado ao poder aquisitivo de quem morava nela. Os mais modestos, as casas térreas de porta e janela eram próprias de negros “Alguns, exercendo as atividades de marceneiros, ferreiros, funileiros, chegam às vezes à pequena burguesia.” (FREYRE, 1968, 179)

Sobrados

Nos sobrados habitava a elite que se distinguia pela sua dimensão e ocupação territorial “em lotes em geral mais compridos que largos, o que resultava em fachadas estreitas e mesquinhas”. (MATTOSO, 1992, 446) Esta tipologia incluía espaços, as “lojas” em áreas térreas que tinham acessibilidade privilegiada ao quintal e por vezes ocupados como moradias da população pobre que não dispunha de recursos para construir a sua própria casa. Quando habitados por diferentes famílias, o autor supõe que os espaços do quintal fossem utilizados por todos os moradores, para que “todos pudessem usufruir destes espaços não-edificados e protegidos” (HOLTHER, 2002, 151), de uso comum dos serviços.

Chafarizes

Figura 2 Terreiro de Jesus em 1862 com roupa no chão á esquerda, a corar. Vendedoras à entrada de uma "Casa de Vendagem"



referência: Camilo Vedari (1862) *apud* Holthe, 2002, 184); (SAMPAIO, 2005, 112)

Com vista ao cumprimento do estipulado no artigo 11 do seu contrato, a companhia obrigou-se a construir, como efetivamente construiu, 12 chafarizes, sendo 7 na cidade alta e 5 na cidade baixa, abastecidos com as águas extraídas do açude e vertentes do Queimado.

“Em 7 de janeiro de 1857 principiou a Companhia a funcionar vendendo água á população, fazendo jorrar por elegantes chafarizes, sendo os principais na Praça do Conde d’Eu, na Piedade, e em frente ao Theatro Publico. – O primeiro é todo em bronze, tendo no alto o emblema da abundancia, e no pedestal 4 collossaes estatuas de bronze representando os rios de S. Francisco, Jequitinhonha, Pardo e Paraguassú, que lançam copiosa água n’um grande tanque circular de mármore. O segundo tem no alto o emblema do Brazil representado por um índio, e o terceiro tem no alto a estatua de Pedro Alvares Cabral, o descobridor do Brazil. Ambos estes chafarizes, bem como as respectivas bacias, são feitas de fino mármore, e todos três cercados de gradaria de ferro. (REVISTA IBGE, 1922, 545)

Em 1856, de acordo com o RTCIG-Bahia “Na experiência que se fez antes de ser colocada a figura, que se acha no topo do chafariz do Terreiro, conheceu-se que a água, estando o reservatório cheio, pode subir 11 metros e 5 centímetros acima do adro da Cathedral.”

O caráter monumental destes elementos, comprados na Europa, destaques da Feira Mundial de Paris de 1855, atribuiu atributos especiais a estes espaços que foram entendidos como mais do que uma simples infraestrutura urbana. A par do caráter utilitário estava agregado um elaborado sentido estético, o que transformava tais equipamentos e verdadeiras obras de arte escultórica. Como símbolos do progresso a instalação dos chafarizes não se instituiu numa ação organizada de paisagismo ou arranjo dos espaços exteriores da cidade que alteraria a paisagem da cidade. Na visita a 1 de novembro de 1859 do Imperador D. Pedro II ao chafariz do Terreiro produz um texto publicado no jornal “O Alabama” que descreve este espaço como “[...] entregue ao povo, por muito tempo, esteve entregue aos vendedores de água, quando a Praça 15 de Novembro era um campo de poeira, sem calçamento e sem arborização.”

A dimensão moderna que pretendia representar o chafariz contrastava com uma cidade que tinha carência de infraestrutura urbana básica, usando-o frequentemente para abastecimento de água potável, vendida pela companhia e disponibilizada à população de mais baixos recursos, os negros, que rapidamente adoptaram a captação e transporte de água como fonte de renda. O provincialismo vivido na cidade como pode ser comprovado na fotografia de Camilo Vedari onde podemos observar que em 1862 ainda se estendiam roupas na Praça 15 de novembro.

“Casas de vendagem”

Derivando da tipologia ocupada por uma população mais carente, “uma porta e uma janela” a Companhia do Queimado alugou espaços para estabelecer as suas “casas de vendagem” com “apenas uma porta” para venda de água complementar ao espaço do chafariz. Eram na sua maioria espaços térreos alugados em edificações particulares.

“Por terem sido instaladas ao término da Guerra do Paraguai, foram designadas com os nomes de locais onde houvera vitórias do exército brasileiro - Curuzu, Humaitá, etc. Acham-se localizadas em ruas movimentadas, como as do Pão-de-Ló, do Bispo, das Vassouras, a Baixa dos Sapateiros, a Calçada do Bonfim, a Madragoa e a travessa das Mercês. Essas casas tinham apenas uma porta, que dava entrada a minúsculo espaço, no qual havia uma torneira instalada pela companhia.” (Jornal A Tarde 16 de março 1933)

Esta tipologia, de apenas “uma porta” demonstra a forma e para quem se destinavam estes espaços: aos africanos, negros escravizados de “ganho” ou libertos, para os quais não haviam intensões de resguardo, privacidade, condições de permanência, apenas “uma torneira instalada pela companhia” que desejava obter o seu lucro “livrando” do espaço da praça dos chafarizes esta população.

As “casas de vendagem” foram fechadas com o encampamento da Companhia em 1905, reabrindo face à deficiência no abastecimento de água que “continuou de tal forma que em 1933 a Secção de Água do Município resolveu restabelecer as casas de vender água” (Jornal A Tarde 16 de março 1933)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do século XVIII, a Câmara passou a agir com mais vigor sobre as questões urbanas, embora delegando a responsabilidade dos serviços a particulares. Tentava através do estabelecimento de posturas, administrar o funcionamento da cidade, utilizando como instrumentos a coerção e punição para aqueles que não respeitassem o determinado por lei. Através de negociação de contratos, financiamentos e empréstimos a intervenção privada foi privilegiada no século XIX através do incentivo à constituição de Companhias.

A elite baiana, confrontada pelo fim do tráfico de escravos e mais tarde da escravidão, ao mesmo tempo começa a investir em atividades de melhoramento urbano, uma vez ciente da sua extrema necessidade uma vez que ia perder o braço negro escravo que tudo fazia e carregava. Gláucia Trinchão (2010) ao estudar o grupo de Companhias que se formaram à época revelou que a “falta de experiência das elites brasileiras na gestão das cidades contribuíram para a configuração de uma modernização definida pela dependência” (TRINCHÃO, 2010, 47) externa. Esta dependência se materializou na importação de materiais e tecnologia e de mão de

obra qualificada. O modelo de modernidade europeu, principalmente o inglês foi importado e transposto, não se considerando clima ou costumes diferenciados da metrópole europeia, encontrando novas dificuldades e tensões que originaram caminhos diferenciados de desenvolvimento, resultando n “um esquema associativo de dependências, primordiais para a realização dos anseios elitistas emergentes” (TRINCHÃO, 2010, 48), a gestão da cidade pelas Companhias foi embasada por empréstimos de bancos ingleses, financiamentos de ex escravocratas acentuando e perpetuando por muitos anos o pagamento de dívidas, mantendo o processo de dependência de que falou Trinchão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura, e por conseguinte o urbanismo, são expressões do habitar de uma cultura. Na sua expressão construída, as quatro paredes, piso, laje e cobertura, abriga os diferentes modos de viver e atividades do dia-a-dia. A análise de uma situação deve por isso ser entendida na sua abrangência e não abranger uma única área disciplinar. Para compreender a Companhia do Queimado, encarregue de implantar um sistema de distribuição de água potável à cidade foi necessário recorrer a áreas disciplinares outras, da história social e econômica, nacional e local, à arqueologia, antropologia, de modo a reconhecer os genes da gestão da água na cidade, os seus restícios, as suas justificativas de modo a reconhecer o problema, conhecer as causas do seu surgimento, dificuldades de gerenciamento, só assim propondo soluções eficazes.

Não só elementos diretos como a seca, os longos períodos de estiagem, escassez de água potável justificam as frequentes queixas no acesso a este bem de primeira necessidade, também e, principalmente “o incomodo e a despeza para a aquisição” coloca em check o serviço da Companhia do Queimado. Mais do que um contrato, é preciso entender o que foi construído no espaço urbano, como foi gerenciado, por quem e a quem se destinava e aí começamos a redescobrir interesses e interligações apresentadas pelas ciências sociais como a segregação e o racismo.

FONTES CONSULTADAS

Atas da Câmara, 1700-31, v.7 e v.8; ATAS DA CÂMARA, 1731-50/ 1750-65/ 1765-76/ 1776-87/ 1787-1801. MAS, manuscrito.; Termos de alinhamentos e VISTORIAS, 1724-46/1746-70/1755-91/1775-1800/ 1777-85. MAS. Manuscrito;
APEB, OP, M4879, 1848);
APEB, caixa 12, relatório 306;
Atas da Câmara, 1731-50, fl 135/1750-65, fl.97/ 1765-76, fl. 15. MAS, manuscrito;

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. J. D. S. **A mão de obra escrava em Salvador. 1811- 1860.** 100 anos de abolição. ed. Salvador: Corrupio, 1988.
- COSTA, A. D. L. R. **Ekabó: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no séc. XIX.** Salvador: Universidade da Bahia, 1989.
- DANNEMANN, J. C. S. **Arquitetura da água em Salvador: legitimidade na preservação de fontes e chafarizes públicos.** Salvador: UFBA, 2018.
- HOLTHE, J. M. O. V. **Quintais urbanos de Salvador. Realidades, Usos e Vivências no Século XIX.** Salvador: tese de mestrado apresentado ao programa de Arquitetura da UFBA, 2002.
- IBGE. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,** Salvador da Bahia, v. Imprensa Oficial do Estado, n. n. 47, 1921-1922, a1922.
- MATOS, F. G. D. **Evolução Física de Salvador.** Salvador: Fundação Gregório de Matos, 1998.
- MATTOSO, K. M. D. Q. **Bahia século XIX. Uma província no Império.** 2ª edição. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MATTOSO, K. M. D. Q. A opulência na província da Bahia. In: NOVAIS, F. **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1997. Cap. 3.º, p. 143-180.
- MELLO, V. P. D. **Água vai! História do saneamento de Pernambuco. 1537-1837.** Olinda: Companhia Pernambucana de Saneamento.
- NASCIMENTO, A. A. V. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX.** Salvador, BA : EDUFBA, 2007.
- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SARAIVA, T. M. O Bom Arquiteto Português - Tropicalizando o colonialismo: uma leitura crítica sobre a narrativa pós-colonial produzida a partir da ideia de "arquitetura portuguesa". **memoirs.ces.uc.pt,** Coimbra, p. 1-5, maio 2019.
- SOARES, C. M. **Mulher negra na Bahia do século XIX.** Salvador: FFCH-UFBA, 1994.
- SOUSA, A. P. **Poder local e cotidiano: a Câmara de Salvador no século XVIII.** Salvador: FCH-UFBA, 1996.
- TRINCHÃO, G. M. **O Parafuso. De meio de transporte a cartão-postal.** Salvador: EDUFBA, 2010.